Revista Debates Insubmissos

DESCOMPASSO NAS DISCUSSÕES DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

DISCREPANCY IN DISCUSSIONS ON GENDER AND HUMAN RIGHTS IN TEACHER TRAINING: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

Fabiane Freire França [1]

Andrea Geraldi Sasso[2]

Ana Paula Colavite[3]

RESUMO

Discutir sobre Direitos Humanos e Gênero e/ou sua ausência na formação inicial e continuada de docentes tem se mostrado um desafio no avanço da educação e seu papel na formação humana. Diante desse cenário, foi realizada a revisão sistemática de literatura sobre a temática, considerando a base de dados do Portal de Periódicos da CAPES, em artigos publicados nos últimos cinco anos (2015-2020). Foram selecionados vinte artigos e organizados em grupos temáticos. Nesse viés, o estudo, pautado nos estudos das áreas da Educação, Direitos Humanos e dos Estudos de Gênero, possui caráter quanti-qualitativo e bibliográfico. Foi possível constatar situações como: a) exclusão dos temas dos currículos, b) políticas mobilizadas por determinados grupos religiosos, c) lacunas e ocultamento das temáticas na formação inicial e continuada, d) resistência e visões hegemônicas binárias e sexistas por parte das/os profissionais, e) relações de poder que reforçam a (re)produção de estereótipos, entre outros.

Palavras-chaves: Direitos Humanos; Estudos de Gênero; Formação Humana.

ABSTRACT

Discussing Human Rights and Gender and/or their absence in initial and continuing teacher training has proved to be a challenge in advancing education and its role in human education. In this scenario, a systematic literature review was conducted using articles published in the last five years (2015-2020 in the CAPES Publications Portal database. Twenty papers were selected and organized into thematic groups. This is a qualitative and quantitative bibliographic study based on Education, Human Rights, and Gender Studies. It was possible to observe situations such as: Exclusion of these themes from the curricula; policies mobilized by certain religious groups; gaps and

[1] Doutora em Educação, Professora adjunta do Colegiado de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (PPGSeD - UNESPAR). e-mail: fabiane.freire@unespar.edu.br

2 Mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (PPGSeD - UNESPAR). e-mail: dreasasso@gmail.com

[3] Atualmente é Professora adjunta do Colegiado de Geografia e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (PPGSeD - UNESPAR). Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. e-mail: ana.colavite@ies.unespar.edu.br

suppression of themes in initial formation and continuing education; professionals' resistance and binary and sexist hegemonic views; power relationships reinforce the (re) production of stereotypes, among others.

***Keywords**: Human Rights; Gender Studies; Teacher Training.*

1. INTRODUÇÃO

O trabalho no contexto escolar com os temas sobre Gênero e Direitos Humanos (DH), perpassa conteúdos, experiências e inúmeras outras situações ocorridas cotidianamente na relação pessoal entre alunos/alunas, professoras/es e alunas/os, como mostram os estudos realizados por Louro (1997); Auad (2006); França (2009), entre outras/os autoras/es. Diante desse cenário, faz-se necessário repensar a formação para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, seja nas etapas iniciais ou no processo continuado, com intuito de romper as possíveis e presentes barreiras entre os avanços das pesquisas e discussões, frente às práticas de ensino.

A falta de entendimento da diversidade como uma construção histórica, social e cultural das diferenças, que resulta em fenômenos como o sexismo, homofobia, racismo, etc. tem se mostrado um desafio, pois, "falar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação. [...] É entender o impacto subjetivo destes processos na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola" (GOMES, 2007, p. 25). Além disso, a construção da identidade humana é um processo social que sofre influências e se modifica no decorrer dos tempos.

Nesse sentido, propomos identificar, em pesquisas, o que se tem investigado sobre as discussões de Gênero e DH na formação docente, buscando responder a seguinte problemática: como os temas sobre gênero e DH na formação docente têm sido abordados nas publicações de artigos científicos dos últimos cinco anos?

Para realização deste estudo, caracterizado como revisão sistemática de literatura, consideramos a base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) artigos com investigações sobre a temática. Utilizamos onze pares de palavras-chave, envolvendo as temáticas de Gênero, DH, formação continuada/professores/docente e Secretaria Municipal de Educação. De um total de 683 artigos encontrados, foram escolhidos vinte, por contemplarem diretamente o tema de investigação

proposto. Os trabalhos selecionados foram lidos na íntegra e organizados de acordo com o par de palavras-chave utilizado na filtragem da pesquisa e posteriormente em grupos temáticos.

Diante da análise dos dados obtidos, na sequência do texto é apresentada a metodologia utilizada para levantamento do material das discussões. Logo após, são destacados três grupos temáticos (GTs) seguidos das discussões e apresentação dos artigos selecionados, os resultados e as considerações finais, com destaque ao descompasso apresentado entre os avanços na pesquisa e a resistência no trabalho pedagógico em sala de aula sobre Gênero, DH e na formação inicial e continuada docente.

2. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Este estudo é caracterizado como revisão sistemática de literatura pautada na pesquisa bibliográfica e de abordagem quanti-qualitativa. A revisão sistemática de literatura,

> É uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo. Explicita ainda as limitações de cada artigo analisado, bem como as limitações da própria revisão. De forma geral, a revisão de literatura sistemática possui alto nível de evidência e se constitui em um importante documento para tomada de decisão nos contextos públicos e privados (GALVÃO; RICARTE, 2020, p. 58-59).

O levantamento dos artigos foi realizado no Portal de Periódicos da CAPES, de acesso livre e gratuito, que inclui várias revistas de periódicos nacionais e internacionais. A busca foi realizada considerando os últimos cinco anos (2015-2020). A escolha das palavras-chave empregadas foi o primeiro desafio, foram testados onze conjuntos de termos, conforme apresentado na sequência.

Na aba "busca avançada" do *site* da CAPES, utilizamos os seguintes pares de palavras-chave e sua respectiva quantidade de resultados: "Direitos Humanos-Educação" (1.566), "Direitos Humanos-Gênero" (1.111). Diante do resultado amplo, optamos por especificar os pares de palavras a serem buscados. Na sequência, "Formação continuada-Direitos Humanos" (58), "Formação continuada-Gênero" (148), "Formação docente-Direitos Humanos" (45), "Formação docente-Gênero" (152), "Formação de professores-Direitos Humanos" (52),

"Formação de professores-Gênero" (166), "Secretaria municipal de educação-Formação continuada" (35) "Secretaria municipal de educação- Direitos Humanos" (6) e "Secretaria municipal de educação-Gênero" (21), totalizando 683 artigos.

Desse total, foram lidos todos os títulos e resumos, para chegar à seleção de vinte artigos que contemplam diretamente o tema de investigação proposto e que são discutidos neste estudo. Os demais foram descartados, pois tratavam de temas diferentes do foco, tais como: inclusão, ensino de ciências, ensino de matemática, juventudes, entre outros.

Todos os vinte artigos foram baixados, lidos na íntegra e tabulados, de acordo com o par de palavras-chave, título, autorias, local de publicação, ano, objetivos, metodologia, referencial teórico, periódico, região do país, resultados e referências utilizadas. Para a apresentação dos artigos selecionados, elaboramos o Quadro 1 com a relação dos artigos, dispostos com o nome das/os autoras/es, título, juntamente com o ano de publicação e periódico no qual o artigo foi publicado. A seguir, apresentamos o tópico com os resultados e as discussões.

3. FORMAÇÃO DOCENTE, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: O QUE AS PESQUISAS TÊM APONTADO?

De modo breve e geral, podemos destacar alguns pontos importantes sobre os resultados da análise e leitura dos artigos selecionados para este estudo. Dos vinte títulos, metade (dez artigos), foram publicados no ano de 2015, quatro em 2016, um em 2017, dois em 2018, três em 2019 e até o momento do levantamento dos trabalhos (abril de 2020), nenhum artigo foi publicado.

No quadro a seguir (Quadro 1) apresentamos os artigos selecionados para discussão por ordem cronológica de publicação. Como informações, destacamos as autorias, título, ano e periódico. Das publicações, dezoito artigos estavam veiculados em periódicos nacionais e dois

artigos de autoria de Daniela Finco, um escrito em Língua Portuguesa[4] e outro em Espanhol[5], foram publicados em periódicos estrangeiros.

Quadro 1 - Relação dos artigos selecionados para discussão

AUTORIAS	TÍTULO	ANO	PERIÓDICO
Daniela FINCO	1. Questões de gênero na educação da pequena infância brasileira	2015	Studi Sulla Formazione
Leonardo Pereira de LIMA; Marivete GESSER; Leandro Castro OLTRAMARI	2. Projeto de formação continuada de professores em gênero e sexualidade: relato de experiência	2015	Revista Eletrônica de Extensão - Extensio
Jeane FÉLIX	3. Gênero e formação docente: reflexões de uma professora	2015	Espaço do currículo
Rosana Maria BADALOTTI; Celso Francisco TONDIN	4. Representações de profissionais da educação sobre sexualidade e gênero	2015	Revista Ibero-Americana de Educação
Denis Cezar MUSIAL; Tainá Ribas MELO; Marcos Claudio SIGNORELLI	5. Refletindo sobre questões de gênero e diversidade em centro municipal de educação infantil de Irati/PR	2015	Revista cadernos de gênero e diversidade
Ana Cristina Batista de Souza ROSA; Daiane Lins da Silva FIRINO; Maria Eulina Pessoa de CARVALHO	6. Entre o que se sabe e o que se faz: como os/as docentes têm se posicionado diante de práticas excludentes de gênero no contexto escolar?	2015	Espaço do currículo
Denise Regina Quaresma da SILVA; Bruna BERTUOL	7. Estás sempre chorando, tu é de açúcar? Pedagogias de gênero na educação infantil	2015	Revista Iberoamericana de Educación
Bianca Salazar GUIZZO; Daniela RIPOLL	8. Gênero e sexualidade na educação básica e na formação de professores: limites e possibilidades	2015	Holos
Ana Flávia do Amaral MADUREIRA; Ângela Uchoa BRANCO	9. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as	2015	Temas em Psicologia
Daniela FINCO	10. Igualdad de género en las instituciones educativas de la primera infancia brasileña	2015	Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud

[4] Artigo intitulado "Questões de gênero na educação da pequena infância brasileira" (2015), publicado na revista Studi sulla Formazione – Firenze/Itália.

[5] Artigo "Igualdad de género en las instituciones educativas de la primera infancia brasileña" (2015) na revista Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud – Manizales/Colômbia.

Renato Cassio Soares de BARROS	11. Formação docente em direitos humanos e o advento da Lei nº 13.010/2014	2016	Revista Eletrônica de Educação
Eliana QUARTIERO; Henrique Caetano NARDI	12. Diferenças e desigualdades em um projeto de educação a distância	2016	Arquivos Brasileiros de Psicologia
Lia Machado Fiuza FIALHO; Lorena Brenda Santos NASCIMENTO; Antônia Solange Pinheiro XEREZ	13. O que as professoras da educação básica sabem sobre gênero?	2016	Cadernos de pesquisa: pensamento educacional
Virginia Georg SCHINDHELM; Dayse Martins da HORA	14. Existe algo oculto nas tessituras curriculares da educação para a infância?	2016	Educação
Matheus Estevão Ferreira da SILVA; Tânia Suely Antonelli Marcelino BRABO; Alessandra de MORAIS	15. Educação em Direitos Humanos e desenvolvimento moral na formação docente: a influência da religiosidade em tempos de "ideologia de gênero"	2017	RPGE– Revista *on-line* de Política e Gestão Educacional.
Izana Stamm BROL; Andréa Cristina MARTELLI	16. Abordagem da sexualidade nas formações continuadas de professores e professoras da rede básica de ensino	2018	Ártemis
Fernanda Theodoro ROVERI	17. Gênero e diversidade na infância: desafios para a formação docente face ao retrocesso curricular	2018	Laplage em revista
Cleriston Izidro dos ANJOS; Djenane Martins OLIVEIRA; Márcia Aparecida GOBBI	18. Políticas de educação infantil e relações de gênero: implicações para a formação docente na perspectiva da diversidade e da diferença	2019	Cadernos CIMEAC
Daniel Vieira SILVA	19. Caminhos possíveis para produção de práticas pedagógicas no enfrentamento das violências de gênero e sexualidade	2019	Periferia
Ariane CROCIARI; Marcia Cristina Argenti PEREZ	20. O que estamos estudando sobre gênero na educação infantil: as lacunas na formação docente	2019	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação

Fonte: As autoras (2020).

Outro ponto que vale ser destacado é a observação da possível filiação teórica. A autora mais citada foi Guacira Lopes Louro, presente em quinze trabalhos, tendo como obras mais citadas "Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista" (1997) e "Pedagogias da Sexualidade" (2000). Já os autores mais citados foram Michel Foucault com "História da sexualidade I: a vontade de saber" (1988) e "Vigiar e punir: nascimento da prisão"

(2009) seguido de Tomaz Tadeu da Silva com a obra "A produção social da identidade e da diferença" (2005), ambos presentes em seis artigos.

Quadro 2 – Autora/es mais citados e abordagem teórica

Autor/a	Abordagem teórica
Guacira Lopes LOURO	A principal discussão sobre as questões de gênero está atrelada ao campo educacional, uma das principais instituições que incidem nas reproduções de ideias hegemônicas que naturalizam e reforçam a desigualdade de gênero.
Michel FOUCAULT	Nos artigos analisados, as obras mais citadas do autor, de modo geral, referem-se às discussões em torno das relações de poder, conhecimento, sexualidade, etc.
Tomaz Tadeu da SILVA	Trazem contribuições no campo das discussões sobre currículo, diferença, Estudos Culturais e as próprias discussões foucaultianas.

Fonte: As autoras (2020).

No levantamento, os artigos foram agrupados de acordo com a similaridade dos temas nos pares de palavras-chave e pela recorrência de trabalhos repetidos durante a pesquisa do material de estudo. Em vista disso, foram divididos em três grupos temáticos, sendo eles: Formação continuada, de professores/docentes em Direitos Humanos (seis artigos), Formação continuada, de professores/docentes em Gênero (treze artigos) e Secretaria Municipal de Educação e formação continuada, DH e Gênero (um artigo). Buscamos identificar nestes trabalhos os objetivos, o encaminhamento metodológico e as principais conclusões.

Com intuito de apresentar os artigos que fazem parte de cada grupo temático, optamos por expor no Quadro 3 os estados que abrangem as discussões, bem como sua classificação do grupo temático.

Quadro 3 - Artigos e grupos temáticos (GTs)

GT 1: Direitos Humanos: formação humana e política na prática docente	
1. Questões de gênero na educação da pequena infância brasileira	São Paulo
2. Projeto de formação continuada de professores em gênero e sexualidade: relato de experiência	Santa Catarina
11. Formação docente em direitos humanos e o advento da Lei nº 13.010/2014	São Paulo
12. Diferenças e desigualdades em um projeto de educação a distância	Santa Catarina
15. Educação em Direitos Humanos e desenvolvimento moral na formação docente: a influência da religiosidade em tempos de "ideologia de gênero"	São Paulo

17. Gênero e diversidade na infância: desafios para a formação docente face ao retrocesso curricular	São Paulo
GT 2: Discussões de gênero na formação docente	
3. Gênero e formação docente: reflexões de uma professora	Rio Grande do Sul
4. Representações de profissionais da educação sobre sexualidade e gênero	Santa Catarina
5. Refletindo sobre questões de gênero e diversidade em centro municipal de educação infantil de Irati/PR	Paraná
6. Entre o que se sabe e o que se faz: como os/as docentes têm se posicionado diante de práticas excludentes de gênero no contexto escolar?	Paraíba
7. Estás sempre chorando, tu é de açúcar? Pedagogias de gênero na educação infantil	Rio Grande do Sul
8. Gênero e sexualidade na educação básica e na formação de professores: limites e possibilidades	Rio Grande do Sul
9. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as	Distrito Federal
10. Igualdad de género en las instituciones educativas de la primera infancia brasileña	São Paulo
13. O que as professoras da educação básica sabem sobre gênero?	Ceará
14. Existe algo oculto nas tessituras curriculares da educação para a infância?	Rio de Janeiro
18. Políticas de educação infantil e relações de gênero: implicações para a formação docente na perspectiva da diversidade e da diferença	Alagoas e São Paulo
19. Caminhos possíveis para produção de práticas pedagógicas no enfrentamento das violências de gênero e sexualidade	Rio de Janeiro
20. O que estamos estudando sobre gênero na educação infantil: as lacunas na formação docente	São Paulo
GT 3: Secretaria Municipal de Educação (SME): formação continuada e sexualidades	
16. Abordagem da sexualidade nas formações continuadas de professores e professoras da rede básica de ensino	Paraná

Fonte: As autoras (2020).

Podemos observar por meio do Quadro 3 quais artigos fazem parte da proposta de cada um dos três GTs e em quais estados do país as discussões têm sido tratadas com maior ênfase no recorte temporal pesquisado, neste caso com destaque ao estado de São Paulo com a recorrência de sete trabalhos (um deles com autorias oriundas de dois estados). Já por região, o Sudeste possui um total de nove pesquisas distribuídas em São Paulo (sete) e Rio de Janeiro (dois), a região Sul com oito trabalhos em Santa Catarina (três), Rio Grande do Sul (três) e Paraná (dois). As demais pesquisas estavam presentes na região Nordeste e no Distrito Federal.

Observamos que não foram localizadas discussões das temáticas em estados da região Norte e Centro-Oeste do país. Afinal, trata-se de uma revisão de literatura em uma determinada plataforma.

No próximo subtítulo, apresentamos os artigos em seus respectivos GTs, de modo a compreender quais e de que forma as pesquisas têm se desdobrado sobre as principais temáticas de Gênero, Direitos Humanos, formação continuada docente e atenção a Secretaria Municipal de Educação, e foram sistematizados seguindo as etapas de ensino, estudos aplicados, de cunho bibliográfico e documental, concatenando as discussões oriundas de experiências *in loco* com as discussões teóricas.

3.1. Direitos Humanos: formação humana e política na prática docente

No primeiro GT foram sistematizadas as pesquisas que abordam as discussões sobre Direitos Humanos e a implicação no trato da formação humana e política na prática docente. Os artigos apresentados estabelecem relação e defesa da educação em Direitos Humanos e sua efetivação nas práticas pedagógicas e formativas inicial e continuada de docentes.

O estudo de Roveri (2018) problematiza as desigualdades de gênero na infância, com intuito de contribuir para a formação de professoras/es que vivenciam cotidianamente as práticas da Educação Infantil, em suas ambiguidades e contradições, principalmente no campo curricular e as disputas em torno da exclusão dos termos de gênero e sexualidade nos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por meio de revisão bibliográfica e análise documental, para a autora, as práticas pedagógicas precisam articular as discussões sobre as diversidades como garantia dos DH, visando superar práticas coercitivas presentes em documentos curriculares.

Na mesma etapa de ensino, Finco (2015) apresenta como objetivo traçar uma análise que envolve as discussões de gênero na Educação Infantil, no contexto brasileiro, diante das experiências de pesquisas realizadas pela autora ao longo dos últimos dez anos. Para Finco (2015), os estudos de gênero têm avançado lentamente em nossa sociedade. A autora defende a abordagem do tema na Educação Básica brasileira, atrelado às políticas para a diversidade e para os DH.

Mediante um salto da primeira etapa de ensino da Educação Básica, passamos para a área da formação inicial de professoras/es. O estudo de Silva, Brabo e Morais (2017), partiu de uma revisão bibliográfica e análise documental de caráter interdisciplinar[6]. O/as autor/as investigaram a formação inicial em um curso de licenciatura em Pedagogia e apresentaram contrapontos à proposta de (re)educação em valores da educação em DH, especificamente às temáticas de gênero e sexualidades, em meio à conjuntura política contemporânea diante da criação da "ideologia de gênero". Segundo o/as autor/as esse contexto reflete "[...] o cenário político de indiferença à (*sic)* lutas históricas, ao processo de empoderamento de sujeitos de direitos e interferindo na natureza laica e democrática do país" (SILVA, BRABO e MORAIS, 2017, p. 1263).

Já no campo da desigualdade social e da formação dos profissionais, pautado no viés do Direito, Barros (2016) desenvolve uma reflexão sobre a Lei nº 13.010/2014 que altera artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, que estabelece nos currículos, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, conteúdos referentes aos DH e prevenção à violência contra crianças e adolescentes. Num trabalho de análise documental, o autor discute sobre o direito como instrumento de manutenção e estruturação dos interesses da sociedade econômica vigente e mantenedor das desigualdades sociais, mas também como possibilidade de reivindicação, na educação, para tomada de consciência e de posicionamento na busca de melhores condições de vida e de justiça social.

No âmbito da formação continuada apresentamos a implementada parceria entre Secretaria Municipal de Educação (SME) de Florianópolis-SC ao projeto de extensão realizado por Lima, Gesser e Oltramari (2015). O objetivo do projeto foi formar professoras/es para atuarem com as temáticas gênero e sexualidade no cotidiano escolar, com base na perspectiva dos DH. A demanda da formação, oriunda da SME, envolveu um total de sessenta profissionais do Ensino Fundamental. Segundo os/a autores/a, a problematização destes temas podem

[6] Vale ressaltar que este foi o único artigo que especificou a nomenclatura "interdisciplinar", para pontuar o caráter da pesquisa, envolvendo as discussões da Educação em Direitos Humanos; Estudos de Gênero e Teoria Cognitiva do Desenvolvimento Moral.

contribuir para a diminuição de violências e do preconceito dentro da escola e na sociedade. E destacam as ações de parceria entre a Universidade e a Educação Básica.

Na formação continuada, modalidade à distância, Quartiero e Nardi (2016), discutiram como o funcionamento de verdades, normatiza e conforma o fazer pedagógico e, como isso pode ser desafiador, principalmente nas práticas escolares alinhadas aos DH. A autora e o autor partiram de um levantamento de informações sobre o curso GDE (Gênero e Diversidade na Escola), diário de campo e trinta e uma entrevistas semiestruturadas com participantes da edição do curso de 2009 e de 2012, em duas cidades do estado de Santa Catarina. Quartiero e Nardi (2016) perceberam que as hierarquias de saberes acadêmicos e locais são construídas e precisam ser problematizadas para que não haja sujeição na relação centro/periferia, diferença/desigualdade etc.

Observamos que os seis trabalhos apresentados, nesse primeiro GT, sinalizam a preocupação com as discussões sobre gênero e sexualidades no campo educacional, perpassam todos os níveis de ensino, desde trabalhos de cunho pedagógico na Educação Infantil, quanto com os/as estudantes em formação inicial em nível superior. Reflexões no campo das políticas públicas, alterações (exclusão de temáticas dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação) e implementação das temáticas também ganharam destaque, bem como os resultados a passos lentos, marcados por lutas e desafios dos DH na formação humana de todos/as.

3.2. Discussões de Gênero na formação docente

Os artigos sobre o tema “Gênero” atrelados à formação de professores/as formam a categoria com maior número de trabalhos selecionados, são treze trabalhos ao todo e foram organizados por enfatizarem os estudos de gênero e seus desdobramentos no campo educacional desde a Educação Infantil à formação continuada.

No artigo de Silva e Bertuol (2015) encontramos a problematização das pedagogias de gênero nas brincadeiras e no cotidiano escolar em seis escolas municipais de Educação Infantil de um município do sul do Brasil. No viés da pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico, as autoras utilizaram, para a coleta de dados, observações anotadas em diário de campo, observações semanais, com duração de dois meses, em séries que atendiam a faixa etária dos

03 aos 05 anos de idade. Em cada turma havia a presença de uma professora titular e auxiliares, um total de doze professoras. As autoras observaram nas brincadeiras a construção de identidades de gênero hegemônicas, com brinquedos para meninos e meninas de forma marcada. Consideram que a formação docente ainda é precária e defendem-na como forma imprescindível para avanços na educação, respeito à diversidade e a individualidade das crianças, desde o princípio.

Schindhelm e Hora (2016) realizaram uma investigação sobre sexualidades e gênero na Educação Infantil e apresentaram os temas como faces ocultas nas propostas curriculares. A pesquisa de cunho qualitativo foi realizada em dois centros municipais de Educação Infantil (CMEIs), 23 entrevistas semiestruturadas com os/as docentes, observação participante, registro de narrativas em diário de campo e diálogos com trocas de conhecimentos numa proposta de formação continuada. Como resultados foram destacados os ocultamentos e silenciamentos sobre a temática, incertezas e conflito de valores, falas com marcas de constrangimentos sobre o sexual e (des)conhecimentos da equipe pedagógica sobre as temáticas com as crianças.

Outro trabalho que ressaltou como as questões de gênero têm sido ou não consideradas nas políticas de Educação Infantil foi dos/as autores/as Anjos, Oliveira e Gobbi (2019). A partir de fontes bibliográficas e documentais, considerando o período de 1998 a 2017, foi realizado um levantamento dos principais referenciais, diretrizes e documentos curriculares da Educação Infantil. Para os autores/as, a escola não é um espaço neutro, as escolhas curriculares e/ou metodológicas, apresentam as construções da percepção de gênero reforçadas, reproduzidas e interditadas. No campo das políticas públicas, a inclusão do tema na educação é um processo relativamente recente e aponta desafios e os efeitos discursivos das lacunas às questões de gênero.

Com viés semelhante, Badalotti e Tondin (2015), analisam as representações sobre a sexualidade, destacando a formação acadêmica e as práticas pedagógicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma instituição municipal de Santa Catarina. Seguindo a pesquisa qualitativa, os autores realizaram entrevistas com seis profissionais (professoras, diretora e coordenadora pedagógica), além de consulta ao planejamento dos conteúdos ensinados. Badalotti e Tondin (2015) constataram que a formação inicial das profissionais não possibilitou

aprofundamento sobre os temas. Os conteúdos analisados evidenciaram que a sexualidade é tratada na disciplina de Ciências, principalmente associada ao corpo, às diferenças biológicas dos sexos e aos padrões normalizadores de conduta e destacam a necessidade das/os profissionais estarem abertos à busca de conhecimento.

Guizzo e Ripoll (2015) tiveram como objetivo a análise e problematização como as questões de gênero e de sexualidade são trabalhadas na Educação Básica e em cursos de formação docente. Ao longo da pesquisa as autoras propuseram um encontro presencial com turmas de 5° ano de uma escola pública do Rio Grande do Sul, por meio de perguntas relacionadas a gênero e sexualidade, entrevistas com as professoras regentes das turmas e a participação em uma comissão do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) voltada para a análise de livros didáticos. Como as pesquisadoras também são professoras na universidade, elas elencam sugestões de atividades voltadas à formação inicial de professoras/es e destacam que na escola, o trabalho com corpo e a sexualidade continuam voltadas a questões biológicas e da saúde. As/os docentes ainda reiteram a heteronormatividade, representações generificadas, corroborando em pequenos avanços com relação às temáticas na prática e o que se apresenta nos livros didáticos analisados.

No campo dos anos finais do Ensino Fundamental, Madureira e Branco (2015) analisaram as concepções e crenças de professoras/es do 5º a 8º séries (hoje 6º a 9º ano), do Distrito Federal-DF acerca das questões de gênero, sexualidade e diversidade. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira foram aplicados questionários envolvendo 122 professoras/es de sete escolas. Na segunda etapa, participaram dez professoras/es de duas escolas que colaboraram na primeira etapa, com entrevistas individuais semiestruturadas e reuniões de grupos focais nas duas escolas. As pesquisadoras constataram lacunas, no que está previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o que ocorre de fato, em termos de formação inicial e continuada de professoras/es sobre os temas, distanciamento e silenciamento sobre a dimensão afetiva e prazerosa da sexualidade.

As autoras Fialho, Nascimento e Xerez (2016) partiram da iniciativa de integrantes do Projeto de Bolsa e Iniciação à Docência (Pibid), para buscar compreender quais conhecimentos foi apreendido na formação inicial, assim como, outros saberes que as/os professoras/es, de

uma escola pública municipal de Fortaleza-CE, tiveram acesso sobre gênero e, como esses conhecimentos eram aplicados na prática de ensino. As autoras partiram de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, com aplicação de entrevistas semiestruturadas. Como resultado, ficou nítida a falta de compreensão sobre a temática, imprecisões, dicotomias e negligências, como por exemplo, a dificuldade em conceitual de gênero, demarcado por princípios conservadores, patriarcais, atribuindo o gênero a identificação do sexo biológico, as inseguranças expressas na elaboração de atividades e o trato com situações que possam surgir sobre o tema em sala de aula, a falta de formação ou qualquer informação sobre o trabalho com a sexualidade na formação inicial, foi um ponto unânime relatado pelas/os docentes.

O artigo escrito em espanhol de Finco (2015) objetivou problematizar as políticas para igualdade de gênero no contexto da formação docente também para atuar no campo da Educação Infantil brasileira. Para a autora, a escola colabora sutilmente na construção da identidade de gênero de maneira desigual, desde as primeiras relações coletivas na Educação Infantil. Diante das lutas por emancipação das mulheres e dos direitos das crianças à educação, Finco (2015) defende a continuidade das lutas pela pré-escola pública, democrática e popular, transformações políticas, sociais e políticas públicas para igualdade de gênero.

O exemplo de um trabalho com a formação continuada docente está presente no artigo de Musial, Melo e Signorelli (2015). A partir de uma experiência de formação continuada do último módulo do curso GDE, realizado no ano de 2014, com sessenta docentes de um CMEI de Irati-PR, o objetivo foi tecer reflexões sobre o processo de construção de masculinidades e feminilidades no espaço escolar. Seguindo o caráter qualitativo, os/a autores/a ressaltaram “[...] a importância de realizar ações com as crianças dos centros municipais de educação infantil abordando a temática gênero e diversidade como estratégia de prevenção a situações de violência de gênero” (MUSIAL, MELO e SIGNORELLI, 2015, p. 225) e “[...] como uma das estratégias de construção da compreensão humana” (MUSIAL, MELO e SIGNORELLI, 2015, p. 229).

A formação continuada envolvendo o curso de aperfeiçoamento GDE é tema de análise também no artigo de Rosa, Firino e Carvalho (2015) que buscaram identificar como as/os docentes que realizaram o curso, ofertado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), se

posicionam diante de práticas excludentes com base nas assimetrias de gênero. A pesquisa contou com coleta e análise de postagens das falas de 186 cursistas participantes no fórum do curso. No artigo utilizaram a análise de conteúdo[7] para problematizar as falas. De um total expressivo de participantes do curso, as autoras puderam observar que o número de profissionais que apresentam mudanças, transpondo a teoria na prática, ainda é pequeno.

Já Silva (2019) apresenta um estudo que investigou as possibilidades, desafios e potências das práticas pedagógicas voltadas às discussões de gênero e sexualidade. O autor utilizou como ponto de partida conversas individuais, em grupo e problematizações das memórias, percepções e fazeres das professoras que tinham participado do curso de extensão GDE, no ano de 2014 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O recorte para análise foram os relatos e experiências de quatro professoras da rede municipal de Nova Iguaçu-RJ. O autor propõe pensar no questionamento como uma estratégia de produzir e desconstruir práticas em nossas realidades, num processo de reflexão crítica e contínua.

Félix (2015), baseada em sua experiência como formadora de professoras/es e do levantamento de inúmeros questionamentos, defende a incorporação das questões de gênero nos currículos de formação inicial e continuada de professoras/es, em suas disciplinas, conteúdos e metodologias. Considera necessário partir de reflexões que sejam capazes de despertar nas/os profissionais o interesse e a compreensão da importância de atuar na perspectiva de gênero, num esforço teórico-prático para intervir em situações de violência, preconceito, etc.

Para finalizar, numa proposta similar a esta revisão sistemática de literatura, Crociari e Perez (2019) realizaram uma investigação sobre os estudos de gênero na Educação Infantil e a formação docente. Seguindo o levantamento bibliográfico, as autoras usaram como base de dados o portal da *Scielo* e utilizaram os temas: Gênero e Educação Infantil, com o recorte temporal de 2000 a 2017, incluindo um total de doze artigos. As autoras puderam constatar defasagem no processo de formação docente inicial e continuada nas questões relacionadas à sexualidade, o que resulta em lacunas que prejudicam o trabalho pedagógico docente.

[7] De acordo com Caregnato e Mutti (2006, *apud* ROSA, FIRINO e CARVALHO, 2015) "[...] a análise de conteúdo busca compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto" (p. 201).

Neste GT, cabe o destaque ao curso de capacitação e aperfeiçoamento GDE, idealizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Britânico (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), foi ofertado em um projeto piloto em 2006 e logo após ampliou-se por meio de convênios e editais sendo ofertado em várias regiões do Brasil (sul, sudeste e nordeste). Este foi um curso que ganhou espaço junto a outros programas e projetos de várias universidades e impulsionou as discussões sobre gênero e diversidade no campo educacional.

Outro ponto a ser destacado neste GT, são os inúmeros trabalhos de estudo aplicados que convergiram em práticas e reflexões relevantes para o campo da formação inicial e continuada docente. Mesmo diante de percalços e resistências, as/os autoras/es lançam estratégias para repensar as ações pedagógicas de maneira contínua, ética e baseada em conhecimentos científicos, propondo romper com ideários e discursos de senso comum, que num movimento diário, podem se acomodar e, infelizmente, repercutir na manutenção de uma sociedade desigual, homofóbica, sexista, etc.

3.3. Secretaria Municipal de Educação (SME): formação continuada e sexualidades

Neste GT consta a pesquisa que trabalhou diretamente com uma Secretaria Municipal de Educação (SME). A principal justificativa para abrir um GT com apenas um trabalho, refere-se à importância e ações diretas que a SME possui com a primeira e parte da segunda etapa da Educação Básica referente a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, e seu trabalho com as/os profissionais da educação.

O trabalho intitulado “Abordagem da sexualidade nas formações continuadas de professores e professoras da rede básica de ensino” das autoras Izana Brol e Andréa Martelli (2018) teve como objetivo realizar uma análise e a quantificação de cursos de formação continuada docente sobre sexualidade e Educação Sexual na rede básica de ensino do município de Cascavel-PR, entre os anos de 2006 a 2016. Para a coleta desses dados, a pesquisa contou com apoio e parceria do Núcleo Regional de Educação (NRE), Secretaria Municipal de

Educação (SME) e com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). No levantamento das formações, as autoras se depararam com defasagem no quantitativo sobre as temáticas, encontrando um total de trinta e duas formações, sendo a maior parte ofertada pela Universidade.

Ao longo do artigo, as autoras destacam relatos das/os profissionais docentes que, em sua maioria, alegam o conservadorismo das famílias dos/as estudantes como dificuldade para trabalhar as temáticas, o despreparo, a falta de apoio por parte dos gestores, desconfortos, dentre outros. Como resultado, as autoras reiteram que são os contextos de formações iniciais e continuadas os espaços promotores de mudanças, sejam nas posturas pessoais e, com maior ênfase, na postura profissional no trabalho com a Educação Sexual e sexualidade na escola para que novas práticas de trabalho e um maior quantitativo de formações sejam realizadas, com vistas à promoção da qualidade da educação, do respeito, da diversidade de gênero, etc. (BROL e MARTELLI, 2018).

Destacamos nesse GT, a ausência de iniciativas de discussões sobre as temáticas de Gênero, sexualidades e Educação Sexual oriundas do próprio campo institucional de ensino, advindos de projetos ou ações das/os professoras/es e da equipe pedagógica e por parte da SME, restringindo as discussões ao caráter biológico e reprimindo dúvidas e curiosidades naturais que surgem ao longo do desenvolvimento infantil. Observamos também, no levantamento de material para este estudo a escassez de artigos que discorram sobre o trabalho e o papel das SMEs na formação continuada de professoras/es, dentro das temáticas investigadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da problemática e objetivo levantado para discussões neste estudo, podemos observar que o trabalho envolvendo os Direitos Humanos, Estudos de Gênero, formação inicial e continuada docente atrelada à formação humana, tem sido campo de preocupação e investigação de inúmeras/os pesquisadoras/es. Isso ficou evidente na quantidade de propostas e realizações de formações, cursos e capacitações ofertadas com objetivo de rompimento de barreiras subjetivas e avanços na educação e nas práticas de ensino.

De maneira geral, as pesquisas científicas, sistematizadas neste artigo, evidenciam que as propostas de investigação sobre as temáticas elencadas, sobretudo nas escolas, partiram de estudos realizados por Universidades. Apenas um artigo destacou que a demanda por formação continuada docente para o Ensino Fundamental adveio de uma Secretaria Municipal de Educação, demonstrando o quão frágil e relutante são as iniciativas por parte da SME e escolas da Educação Básica e o quão pontual são esses trabalhos, reafirmando a necessidade e importância do estabelecimento de parcerias entre SME e Universidades.

Com base no levantamento na revisão sistemática de literatura, foi possível constatar as seguintes questões recorrentes: a exclusão das temáticas de gênero e sexualidades dos currículos; as políticas por mobilizações de determinados grupos religiosos; as lacunas e ocultamento das temáticas nas capacitações de formação inicial e continuada; a resistência e visões hegemônicas binárias e sexistas por parte das/os profissionais; as relações de poder que reforçam a (re)produção de estereótipos e papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, entre outros.

Diante da quantidade de tópicos elencados, identificamos o quanto há falhas na educação que precisam passar por um processo de "metamorfose", o modelo escolar do qual conhecemos encontra-se em "degradação" e a mudança precisa acontecer num "futuro presente", como afirma Nóvoa (2019). Para isso, precisamos levar em consideração a dinâmica de inovação que as tecnologias podem nos auxiliar nesse processo, a demanda por formações iniciais e continuadas que contemplem as temáticas de estudos, bem como, outras temáticas já organizadas em políticas públicas como é o caso do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2007 em currículos e na sala de aula, entre outras ações.

Além disso, a educação por si constitui um direito humano. A Educação em Direitos Humanos (EDH) contribui para a defesa da educação básica pública, laica, para todas e todos e para isso, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos destacam que no processo de efetivação dos fundamentos teórico-metodológicos é preciso enfrentar desafios de ordem legal e prática, sendo que "um dos maiores desafios que obstaculizam a concretização da EDH nos sistemas de ensino é a inexistência, na formação dos/as profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, de conteúdos e metodologias fundados nos DH e na EDH" (BRASIL,

2012, p. 15). E aqui, cabe ressaltar que este estudo, anseia contribuir para a ampliação das discussões e investigações das formações docentes com ênfase nos Direitos Humanos e gênero no contexto da Educação Básica.

E, por fim, salientar que movimentos de grupos políticos e religiosos de cunho conservadoristas, têm impulsionado políticas de desprofissionalização docente e de retrocessos de conquistas no campo educacional, tem se estabelecido como um grave problema para as discussões de gênero e DH na Educação Básica brasileira. Com efeito, ter acesso a esses conhecimentos permitem à sociedade o acesso a uma educação como prática de liberdade, como nos propõem Paulo Freire (1967) e a possibilidade da conscientização para o respeito, valorização e reconhecimento das diferenças.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Cleriston Izidro dos; OLIVEIRA, Djenane Martins; GOBBI, Márcia Aparecida. Políticas de educação infantil e relações de gênero: implicações para a formação docente na perspectiva da diversidade e da diferença**. Cadernos CIMEAC**, Uberaba, v. 9, n. 1, p. 34-54, 2019. (Dossiê: Educação, diversidade cultural e linguística: debates sobre questões de Angola e do Brasil).

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos:** relações de gênero na escola**.** São Paulo: Contexto, 2006.

BADALOTTI, Rosana Maria; TONDIN, Celso Francisco. Representações de profissionais da educação sobre sexualidade e gênero. **Revista Ibero-americana de Educação**, Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), v. 69, n. esp. 2, p. 167-182, out. 2015.

BARROS, Renato Cassio Soares de. Formação docente em direitos humanos e o advento da Lei nº 13.010/2014. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 50-60, ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC/CNE, 2012.

BROL, Izana Stamm; MARTELLI, Andréa Cristina. Abordagem da sexualidade nas formações continuadas de professores e professoras da rede básica de ensino. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 274-291, jan./jun. 2018.

CROCIARI, Ariane; PEREZ, Marcia Cristina Argenti. O que estamos estudando sobre gênero na educação infantil: as lacunas na formação docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1556-1568, jul. 2019.

FÉLIX, Jeane. Gênero e formação docente: reflexões de uma professora. **Espaço do currículo**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 223-231, maio/ago. 2015.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; NASCIMENTO, Lorena Brenda Santos; XEREZ, Antônia Solange Pinheiro. O que as professoras da educação básica sabem sobre gênero? **Cadernos de Pesquisa:** Pensamento Educacional, Curitiba, v. 11, n. 27, p. 63-79, jan./abr. 2016.

FINCO, Daniela. Igualdad de género en las instituciones educativas de la primera infancia brasileña. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales (Colômbia), v. 13, n. 1, p. 85-96, 2015.

FINCO, Daniela. Questões de gênero na educação da pequena infância brasileira. **Studi Sulla Formazione/Open Journal of Education**, Firenze (Itália), v. 18, n. 1, p. 47-57, dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRANÇA, Fabiane Freire. **A contribuição dos estudos de gênero a formação docente:** uma proposta de intervenção (Universidade Estadual de Maringá). 2009. 124 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan, Luiz Marques. Revisão sistemática de literatura: conceituação, produção e publicação. **LOGEION:** Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set./fev. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo:** diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GUIZZO, Bianca Salazar; RIPOLL, Daniela. Gênero e sexualidade na educação básica e na formação de professores: limites e possibilidades. **HOLOS**, Natal, ano 31, v. 6, p. 472-483, 2015.

LIMA, Leonardo Pereira de; GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro. Projeto de formação continuada de professores em gênero e sexualidade: relato de experiência. **Revista Eletrônica de Extensão - Extensio**, Florianópolis, v. 12, n. 20, p. 132-143, dez. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Trends in Psychology/Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 577-591, set. 2015.

MUSIAL, Denis Cezar; MELO, Tainá Ribas; SIGNORELLI, Marcos Claudio. Refletindo sobre questões de gênero e diversidade em centro municipal de educação infantil de Irati/PR. **Revista Cadernos de gênero e diversidade**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 218-231, 2015.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1- 15, set. 2019.

QUARTIERO, Eliana; NARDI, Henrique Caetano. Diferenças e desigualdades em um projeto de educação a distância. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, v. 68, n. 2, p. 84-98, ago. 2016.

ROSA, Ana Cristina Batista de Souza; FIRINO, Daiane Lins da Silva; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entre o que se sabe e o que se faz: como os/as docentes têm se posicionado diante de práticas excludentes de gênero no contexto escolar? **Espaço do currículo**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 195-208, maio/ago. 2015.

ROVERI, Fernanda Theodoro. Gênero e diversidade na infância: desafios para a formação docente face ao retrocesso curricular. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. esp. p. 115-121, set./dez. 2018.

SCHINDHELM, Virginia Georg; HORA, Dayse Martins da. Existe algo oculto nas tessituras curriculares da educação para a infância? **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 373-382, set./dez. 2016.

SILVA, Daniel Vieira. Caminhos possíveis para produção de práticas pedagógicas no enfrentamento das violências de gênero e sexualidade. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 424-441, maio/ago. 2019.

SILVA, Denise Regina Quaresma da; BERTUOL, Bruna. Estás sempre chorando, tu é de açúcar? Pedagogias de gênero na educação infantil. **Revista Iberoamericana de Educación/Educação**, v. 68, p. 137-150, maio. 2015.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; MORAIS, Alessandra de. Educação em direitos humanos e desenvolvimento moral na formação docente: a influência da religiosidade em tempos de "ideologia de gênero". **RPGE - Revista *on-line* de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. esp. 2, p. 1260-1282, nov. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

Submetido: 21/02/2022
Aprovado: 03/09/2022